



ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PLANO ABC NO ESTADO DE MATO GROSSO

Cristiano Liell - cristiano_liell@hotmail.com
Luís Otávio Bau Macedo - luis_otavio@ufmt.br
Paula Cristina Pedroso Moi - paulamoi92@gmail.com
Adonnay Martins Barbosa - adonismartins1@hotmail.com

* Submissão em: 26/04/2017 | Aceito em: 23/07/2017

RESUMO

Desde o início das convenções internacionais para tratar dos assuntos climáticos, diversos debates e tentativas de esforços vem sendo desprendidos para que se amenize os impactos ambientais no mundo. No Brasil dentre os vários planos, foi criado o Plano ABC que tem por finalidade reduzir as emissões de gases de efeito estufa na agricultura. Este estudo tem por objetivo a realização da análise da aplicação do Plano ABC no estado de Mato Grosso. O artigo utilizou-se de pesquisa exploratória, descritiva e bibliográfica para compreender qual é a atual situação da aplicação do plano no estado, desde a sua criação até o ano safra 2015/16. Para isto foi utilizado os dados do Programa ABC, disponíveis no site do Observatório ABC. Os resultados demonstram que o plano, apesar de sua relevância, ainda não possui representatividade para a produção agrícola do estado, tendo recursos concentrados em poucas atividades agrícolas.

Palavras-Chave: Plano ABC; Mitigação de Gases de Efeito Estufa; Mato Grosso.

ANALYSIS AND EVALUATION OF THE APPLICATION OF THE ABC PLAN IN THE MATO GROSSO STATE

ABSTRACT

Since the beginning of international conventions to deal with climate issues, various debates and attempts at efforts have been made to mitigate the environmental impacts in the world. In Brazil, among several plans, the ABC Plan was created to reduce emissions of effect gases studied in agriculture. This study aims to carry out the analysis of the application of the ABC Plan in the Mato Grosso state. The article has used an exploratory, descriptive and bibliographic research to understand the current condition of implementation of the plan in the Mato Grosso state, from its inception to the 2015/16 crop year. For this, it was used the data from the ABC Program, available on the ABC Observatory website. The results show that the plan, despite its relevance, still doesn't have representativeness for the Mato Grosso state's agricultural production, with resources concentrated in few agricultural activities.

Keywords: ABC Plane; Greenhouse Gas Mitigation; Mato Grosso.



1 INTRODUÇÃO

Ocorre desde a Revolução Industrial uma intensificação da produção e do consumo, que proporcionou aumento de qualidade de vida das pessoas e uma diversificação nas produções que atende a essa demanda. Setores como a agricultura aproveitaram do desenvolvimento de maquinários, fertilizantes e novas técnicas de plantio para aumentar a produção de alimentos, pautados nas questões de segurança alimentar. Este aumento de consumo despertou na década de 1970 vários estudos referentes a utilização dos recursos naturais, aos impactos causados ao meio ambiente pela utilização dos recursos e a geração de resíduos. Desde então ocorreram a partir do relatório do Clube de Roma, inúmeras discussões sobre a utilização dos recursos, de forma a promover produções sustentáveis com o menor impacto ambiental possível (CAPOBIANCO, 1992).

De acordo com informações divulgadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – a temperatura da terra já aumentou em 0,8°C, e se prevê aumento entre 1,4°C e 5,8°C nos próximos 100 anos¹. Para contornar este tipo de situação, os países firmaram compromissos voluntários de redução das emissões de GEE (gases de efeito estufa), dentre outras práticas de acordo com os parâmetros discutidos nos fóruns e painéis internacionais. O Brasil na 15ª Conferência das Partes – COP15 que aconteceu em 2009 em Copenhague – se comprometeu a reduzir as emissões de GEE entre 36,1% e 38,9% até 2020. Para isto, foi criado o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, o Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) (BRASIL, 2012).

Este plano é composto por metas que pretendem ser atingidas dentro de sete programas, que se ramificam em várias diretrizes, promovendo diversas atividades que visam restringir a emissão de GEE, e paralelamente contribuem para o desenvolvimento sustentável da agricultura. Além disso, o plano envolve uma série de ações como capacitações de técnicos e agricultores, linhas de investimento, criação de bancos de dados e índices de regulação das atividades, pesquisa, dentre outros. O plano é de abrangência nacional, sendo as práticas sustentáveis de baixa emissão de GEE desenvolvidas em cada região de acordo com a sua vocação produtiva, procurando promover o desenvolvimento regional de maneira sustentável econômica, social e ambiental.

¹ Informações publicadas no Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC) em 2007.



Em virtude do estado de Mato Grosso destacar-se na produção agrícola do país, é esperado que o mesmo receba atenção diferenciada pelo Plano ABC, visto que a sua economia é sustentada em grande parte pelo agronegócio. Sendo assim, o problema central deste trabalho vem a ser investigar quais ações estão sendo realizadas na produção agrícola de Mato Grosso, a partir dos objetivos do Plano ABC. O objetivo geral é identificar como está ocorrendo a aplicação do Plano ABC em Mato Grosso, por meio da destinação de recursos provenientes do Programa ABC. Para isso, pretendesse primeiramente fazer uma breve revisão descritiva do Plano ABC, e observar as literaturas existentes que analisam o mesmo.

Na sequência pretendesse analisar os montantes de recursos utilizados pelo estado de Mato Grosso através do Programa ABC e verificar como está ocorrendo a utilização destes recursos, quais planos estão sendo mais atendidos, e quais estão necessitando de maiores investimentos. Por fim, serão realizadas as considerações finais, apresentando-se o panorama geral do Plano ABC em Mato Grosso. Visto que praticamente não se observam análises estaduais da aplicação do plano, este trabalho se propõe a fazer um sucinto panorama de tal situação em Mato Grosso. Supõe-se que atualmente, o Plano ABC tem pouca influência na produção agrícola de Mato Grosso, sendo carente nos aspectos financeiros e técnicos para o desenvolvimento mais expressivo das práticas econômicas sustentáveis, de baixa emissão de GEE.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Plano ABC

Nesta seção será feita uma breve apresentação do que vem a ser o Plano ABC, seus objetivos, e as diretrizes ligadas aos mesmos. Esse plano é resultado de uma série de discussões em convenções internacionais e discussões científicas, sobre as consequências do aumento das emissões de GEE na atmosfera, devido às ações antrópicas. O Brasil assim como os demais países, devem procurar se adequar de acordo com as potencialidades locais e, promover a redução destes GEE na atmosfera (BRASIL, 2007).

Na assinatura do Protocolo de Kyoto que firmou metas de redução de GEE, o Brasil não teve a obrigatoriedade de aderir a metas de redução de emissões. Mas visto que o problema

climático afeta dentre os setores econômicos a agropecuária², setor sensível as questões climáticas, o país firmou ações voluntárias de redução dessas emissões na COP-15. Em âmbito nacional foi instituída a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), por meio da Lei nº 12.187 que rege os deveres de cada poder da federação, juntamente com órgãos deliberativos e sociedade civil organizada a promover, o desenvolvimento de práticas de mitigação e adaptação das mudanças climáticas. Essas práticas preveem ações em diversos setores como transporte público urbano, energia elétrica, indústrias de transformação, e inclusive na agropecuária (BRASIL 2009).

Após a instituição desta lei, o decreto nº 7.390 de 9 de dezembro de 2010 regulamenta os artigos 6º, 11º e 12º da Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009, que institui a PNMC, e da outras providências, criando o Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (BRASIL, 2010). O Art. 6º apresenta as ações a serem desenvolvidas para diminuição das emissões entre 1.168 milhões de tonCO₂eq e 1.259 milhões de tonCO₂eq, do total previsto no Art. 5º do mesmo. Dentre os diversos setores que deverão desenvolver propostas de redução da emissão de GEE, segue na Tabela 1 os compromissos assumidos pela agricultura.

Tabela 1 – Compromissos de mitigação da emissão de GEE da agricultura

Processo Tecnológico	Compromisso (aumento de área/uso)	Potencial de Mitigação (milhões Mg CO ₂ eq)
Recuperação de Pastagens Degradadas ³	15,0 milhões ha	83 a 104
Integração Lavoura-Pecuária- Floresta ⁴	4,0 milhões ha	18 a 22
Sistema Plantio Direto ⁵	8,0 milhões ha	16 a 20
Fixação Biológica de Nitrogênio ⁶	5,5 milhões ha	10
Florestas Plantadas ⁷	3,0 milhões ha	-
Tratamento de Dejetos Animais ⁸	4,0 milhões de m ³	6,9
Total	-	133,9 a 162,9

² Um estudo feito por Deconto (2008), fez projeções de cenários climáticos para 2020, 2050 e 2070, demonstrou que o Brasil já em 2020 poderá ter perdas de R\$7,4 bilhões devido ao aquecimento global, podendo chegar a R\$14 bilhões em 2070.

³ Por meio do manejo adequado e adubação. Base de cálculo foi de 3,79 Mg de CO₂ eq.ha⁻¹.ano⁻¹.

⁴ Incluindo Sistemas Agroflorestais (SAFs). Base de cálculo foi de 3,79 Mg de CO₂ eq.ha⁻¹.ano⁻¹.

⁵ Base de cálculo foi de 1,83 Mg de CO₂ eq.ha⁻¹.ano⁻¹.

⁶ Base de cálculo foi de 1,83 Mg de CO₂ eq.ha⁻¹.ano⁻¹.

⁷ Não está computado o compromisso brasileiro relativo ao setor da siderurgia; e, não foi contabilizado o potencial de mitigação de emissão de GEE.

⁸ Base de cálculo foi de 1,56 Mg de CO₂ eq.m⁻³.

Fonte: BRASIL (2012)

Com base nos compromissos firmados pela agricultura, foram então definidos sete programas dentro do plano que se referem diretamente aos compromissos firmados. Estes programas são: recuperação de pastagens degradadas; adoção do sistema integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) e de sistemas agroflorestais (SAFs); ampliação do sistema plantio direto (SPD); ampliação do uso de fixação biológica do nitrogênio (FBN); aumento da área de florestas plantadas; tratamento de dejetos animais; e adaptação as mudanças climáticas. Todos os programas desenvolverão ações para atingir seus objetivos, sendo elas:

[...] fortalecimento das organizações de assistência técnica e extensão rural, capacitação e informação, estratégias de transferência de tecnologia, tais como, dias-de-campo, palestras, seminários, workshops, implantação de Unidades de Referência Tecnológica (URTs), além de campanhas de divulgação e chamadas públicas para contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (AMARAL; CORDEIRO; GALERANI, 2012, p. 1272-1273).

Para a confecção do Plano ABC, foi montado um grupo de trabalho com a intensão de debater e delimitar os programas e suas ações dentro do plano. Este grupo de trabalho se reuniu 30 vezes, e utilizou da metodologia de redação participativa para redigir o texto base (BRASIL, 2012). Além dos representantes do governo como ministérios e secretarias liderados pela Casa Civil da Presidência da República⁹, foram convidados para participar da confecção do plano, organizações sugeridas pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) e civis ligadas diretamente aos programas do plano, como a “Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha (FEBRAPDP), Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII) e Itaipu Binacional” (BRASIL, 2012, p. 18). Após o término da redação do plano, o grupo ainda fará encontros no espaço de tempo de no máximo dois anos para revisão do mesmo. O objetivo geral definido para o Plano ABC é:

[...] promover a mitigação da emissão de GEE na agricultura, no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), melhorando a eficiência no uso de recursos naturais, aumentando resiliência de sistemas

⁹ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) – Secretaria do Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) – e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Ministério da Fazenda (MF) – Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

produtivos e de comunidades rurais, e possibilitar a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas (AMARAL; CORDEIRO; GALERANI, 2012, p. 1271).

Um conceito importante é a diferença entre o Plano ABC e o Programa ABC. De acordo com Paixão e Bacha (2015), o Plano ABC define as ações de cada programa dentro do plano, suas metas, monitoramento da execução, sendo estes os sete programas definidos de acordo com os compromissos da agropecuária apresentados na Tabela 1. Já o Programa ABC estabelece os meios para que as ações de cada programa sejam atingidas, por meio de linhas de crédito. O Programa ABC foi criado, de acordo com Mendes (2013, p. 5) “mediante resolução do BACEN nº 3.896 de 17/08/10”. Mas existem outras linhas de crédito que contribuem com o plano como “Propflora, Produsa, Pronaf-Eco, Pronag-Floresta, etc” (AMARAL; CORDEIRO; GALERANI, 2012, p. 1273).

Além das ações principais de cada programa, juntamente com monitoramento da execução dos mesmos, o plano conta com outras atividades denominadas ações transversais. Estas ações têm esta denominação por não serem as principais de cada programa, mas mesmo assim contribuem para a execução do plano como um todo. Em resumo estas ações são: campanhas publicitárias; regularização ambiental; assistência técnica e extensão rural (ATER); agentes financeiros¹⁰; gestores de fundos não reembolsáveis; novos incentivos econômicos; mecanismos de incentivos fiscais; produção integrada para cadeia pecuária; e implementação de viveiros florestais (BRASIL, 2012).

Visto que até então foi apresentado como foi estruturado o Plano ABC para se fazer cumprir os compromissos de mitigação de GEE firmados pelo Brasil na COP-15. Em síntese, o plano foi criado por meio do decreto nº 7.390 de 9 de dezembro de 2010, e a partir do mesmo foi estruturado um grupo de trabalho que por meio de redação participativa, estruturou os sete programas de mitigação, procurando abranger ao máximo as diversas práticas agropecuárias. Para cada programa foram definidas metas de mitigação, sendo que os mesmos têm além das ações específicas, as transversais que contribuem para a sua consolidação. Também foi criado o Programa ABC que é uma linha de crédito que visa operacionalizar as práticas descritas no plano. A seguir, será feita uma revisão da literatura para observar os trabalhos que tratam sobre o assunto.

O Plano ABC por ser de abrangência nacional, com o propósito de atingir os compromissos voluntários firmados na COP-15, tem como uma ação de suma importância o monitoramento das ações referentes ao plano. Foi criado o Observatório ABC, que tem por finalidade a implementação

¹⁰ Alocação de recursos para as linhas do Plano ABC para cada Plano Safra, dentre outras ações.

do plano e, conseqüentemente, gera inúmeros trabalhos avaliando o desempenho do mesmo, dentro de diversos aspectos apontando os acertos e as demandas latentes do plano. O Observatório ABC é coordenado pelo Centro de Estudos de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (GVAgro), e desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVces).

O primeiro estudo feito pelo Observatório foi de autoria do pesquisador da Embrapa, Assad (OBSERVATÓRIO, 2013a). Neste estudo foi explicitada as dificuldades a serem superadas para melhorar o funcionamento do Plano ABC, como os entraves burocráticos, a capacitação de técnicos, a agilização da programação de implementação dos projetos, incluindo ainda o melhoramento das regras de crédito do Programa ABC. Também se identificou que ainda eram poucos os esforços para divulgação do programa, e a falta de técnicos e de escolas superiores de pesquisa e extensão rural agravam a situação da aderência do mesmo.

Em outro estudo se observou que devem ser feitos ajustes, para parear as tomadas de decisão na governança do plano, com as práticas executadas na ponta final do processo, sendo a aquisição do crédito e aplicação pelos agropecuaristas. (OBSERVATÓRIO, 2013b). “O modelo de concessão de crédito reinante trabalha objetivamente com itens financiáveis, não atrelados a uma política estruturante, que financie sistemas produtivos, como deve ser o Programa ABC” (OBSERVATÓRIO, 2013c, p. 41). Para isso, sugere-se que técnicos qualificados sejam responsáveis pela liberalização do crédito. Outra questão relevante é referente à taxa de juros praticada pelo Programa ABC, que pode estar incentivando a aquisição de outras linhas de crédito pelos agropecuaristas, que também exijam menor burocracia que o Programa ABC.

Observa-se na Tabela 2 que desde a implantação do programa no ano-safra 2010/11 até o plano atual, as taxas de juros aumentaram, sendo um ponto que pode diminuir a atratividade do mesmo. Os limites de crédito aumentaram ao longo dos anos, e o prazo de devolução pouco aumentou, sendo estável desde o plano 2011/12. A carência se tornou pouco mais flexível, variando suas condições em cada ano-safra de acordo com a finalidade do crédito, sendo diferenciada por plantação de florestas comerciais ou as demais práticas. Em questões gerais pode-se dizer que a conjuntura econômica que foi se formando ao longo dos anos, fez com que as condições de crédito fossem agravadas pelo governo, o que pode impactar negativamente na aquisição do mesmo, e conseqüentemente influenciar nas condições de atingimento das metas voluntárias firmadas pelo Brasil na COP-15.

Tabela 2 – Condições de financiamento do Programa ABC por ano-safra

Ano-safra	Taxa de juros	Limite de crédito R\$	Prazo máximo	Carência
2010/11	5,5% a.a.	1 milhão	Doze anos	Três anos
2011/12	5,5% a.a.	1 milhão	Até quinze anos	Até oito anos
2012/13	5,0% a.a.	1 milhão	Até quinze anos	Até seis anos
2013/14	5,0% a.a.	1 milhão ou 3 milhões para plantio comercial de florestas	Até quinze anos	Até seis anos
2014/15	5,0% a.a. ou 4,5% a.a. para médio produtor	2 milhões ou 3 milhões para plantio comercial de florestas	Até quinze anos	Até oito anos
2015/16	8,0% a.a. ou 7,5% a.a. para médio produtor	2 milhões. Para plantio comercial de florestas: 3 milhões (até 15 módulos fiscais); e 5 milhões (acima de 15 módulos fiscais)	Até quinze anos	De três a oito anos
2016/17	8,0% a.a. ou 8,5% a.a.	Não menciona	Até quinze anos	Três anos

Fonte: OBSERVATÓRIO (2016a)

Sobre a aquisição do Programa ABC por regiões, é observado que as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste lideram em quantidade de contratos e volume de recursos adquiridos. As regiões Norte e Nordeste têm os menores indicadores nesses quesitos, sendo as mais necessitadas por apresentarem grandiosa quantidade de terras degradadas. Dois estudos de caso de aplicação do Plano ABC em regiões diferentes (um em Formosa-GO e outro em Paragominas-PA), evidenciam

que indiferentemente da região em que o plano está sendo executado, ainda se deve melhorar referente a regularização fundiária, ao treinamento de técnicos para disseminação das técnicas mitigadoras de emissões, melhorar a divulgação do Programa ABC, estreitar as ações do Grupo Gestor Estadual com os municípios de aplicação, e desenvolver práticas de coleta e mensuração da mitigação alcançada no devido projeto aplicado (MENDES, 2014; OBSERVATÓRIO, 2015).

Outro estudo que analisou a aplicação do Plano ABC mediante a análise do custo benefício econômico e ambiental foi desenvolvido pela GVces (2016). Identificou-se não ser viável a aplicação de recursos em RPD11 para as premissas adotadas, e em contrapartida para IPF12 ser viável com TIR de 10% e VP positivo. O estudo demonstra que se a aplicação de todo o montante dos recursos em RPD e IPF for feita, haverá um aumento considerável na arrecadação de impostos, juntamente com aumento do PIB e de ocupações gerada por ambos, colaborando com o atingimento das metas do Plano ABC e da INDC brasileira. Atualmente, é observada uma redução na contratação de crédito devido a conjuntura econômica atual do Brasil, apresentando queda no PIB acompanhada de ajustes fiscais que impactam no crédito. O potencial de alavancar a contratação de crédito do Programa ABC é observado nas instituições financeiras privadas, nas quais poderão alavancar juntamente a oferta de produtos agropecuários com baixa emissão de carbono, viabilizando uma maior aderência dos produtos brasileiros neste mercado internacional, contribuindo com a mitigação das emissões de gases de efeito estufa (OBSERVATÓRIO, 2016a).

Em geral pôde ser observado que o Plano ABC, por meio da sua efetividade direta pelo Programa ABC, não está atingindo seu potencial devido à falta de informação, sendo está em forma de divulgação por meio de propaganda e publicidades, juntamente com a participação de técnicos qualificados para orientação do mesmo. Sobre a disponibilidade de crédito, o mesmo não é utilizado em sua totalidade devido ao problema anterior, o que dificulta a sua aquisição pelos produtores, somada ainda as questões burocráticas e a taxa de juros cobrada pelo programa, que pode estar não atraindo os produtores, que adquirem outras formas de financiamento menos burocráticas com menores taxas. É visto que os exemplos de aplicação geraram bons resultados, mas além de terem identificados os problemas já mencionados no programa, ainda questionam a falta de um sistema de avaliação da mitigação de GEE promovida pela aplicação da prática, que é o principal objetivo do Plano ABC para cumprir as metas de emissões firmadas.

Por fim pode-se observar que por mais que existam análises a nível nacional, macrorregional (como estudos dos estados pertencentes a região amazônica), e alguns trabalhos locais, praticamente

¹¹ Recuperação de pastagens degradadas.

¹² Integração pecuária-floresta.



não existem trabalhos a nível estadual. A estrutura de governança do plano é dividida em: Nacional Estratégico; Nacional Tático; e Estadual Operacional¹³ (BRASIL, 2012). Sendo assim, é o nível estadual o mais próximo da realidade dos agricultores, detendo melhores condições para adequar as ações nacionais, as realidades estaduais, sendo pouco analisado pelas literaturas essa relação. O aprofundamento de estudos estaduais sobre a operacionalização do plano, podem contribuir com a identificação de dificuldade e falhas, podendo propor alternativas que flexibilizem as ações do plano, para que se atinjam os objetivos propostos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa descritiva se caracteriza pelo fato de procurar classificar, explicar e interpretar fatos que ocorrem, sem a interferência do pesquisador, ou ainda a tentativa de aplicação de experimentos para comprovação de hipóteses (PRODANOV; FREITAS, 2013). Sendo assim, esta pesquisa de carácter exploratório, pretende analisar como está ocorrendo a aplicação do Plano ABC no estado de Mato Grosso, por meio da efetivação do Programa ABC e pelas questões burocráticas que o envolvem. Para isto, serão coletadas informações na bibliografia existente, para fazer análises comparativas da aplicação do programa no estado com os demais estados do país.

A pesquisa utiliza de dados secundários coletados no site do Observatório ABC, coordenado pelo Centro de Estudos de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (GVAgro), que contribuir com a confecção de relatórios e dados sobre o assunto. O site contém uma plataforma denominada Sistema ABC, que disponibiliza os dados que serão utilizados por esta pesquisa. Serão analisados o valor total de contratos e o número total de contratos adquiridos pelos produtores de Mato Grosso entre as safras 2011/12 à 2015/1614, sendo focado os recursos desembolsados pelo BNDES e Banco do Brasil (BB), principais financiadores desta linha de crédito. Serão comparados os valores observados de Mato Grosso com os demais estados, além de utilizar da bibliografia disponível para compreender a situação do estado frente aos demais.

Para compreender a aplicação do plano no estado de Mato Grosso, será utilizado o método indutivo, que propõe o entendimento dos fatos por meio de comparação entre os mesmos, para compreender as relações existentes e por fim chegar a generalizações. Para obter estas

¹³ Pertencem a este grupo, representantes do MAPA, MDA, secretarias de agricultura e meio ambiente estaduais, Embrapa, Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas), bancos oficiais, e representantes da sociedade civil (BRASIL, 2012).

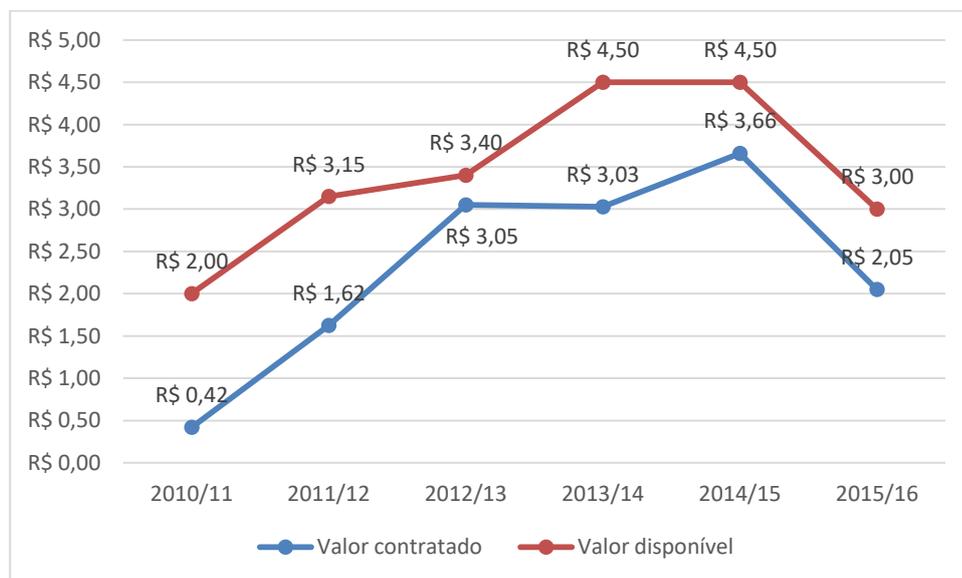
¹⁴ Não será feita análise do ano safra 2010/11, por não estar disponível os dados referentes a este ano no Sistema ABC, no qual foram captados os dados.

generalizações será utilizado o método técnico observacional que pretende observar o fenômeno ou fato, sem interferência no mesmo. Também será utilizado o método comparativo, que pretende investigar os fenômenos ou fatos para ressaltar diferenças ou similaridades entre demais casos, e por fim o método monográfico para observar na literatura os estudos já existentes sobre o assunto, para complementar a análise (GIL, 2008).

4 O PROGRAMA ABC EM MATO GROSSO E NO RESTO DO BRASIL

Desde o início da sua efetivação no plano safra 2010/11, o Programa ABC como pode ser visto na Figura 1, nunca utilizou totalmente o seu montante disponibilizado.

Figura 1 – Valor total disponibilizado frente ao valor total contratado pelo Programa ABC por ano safra a nível nacional (em bilhões)



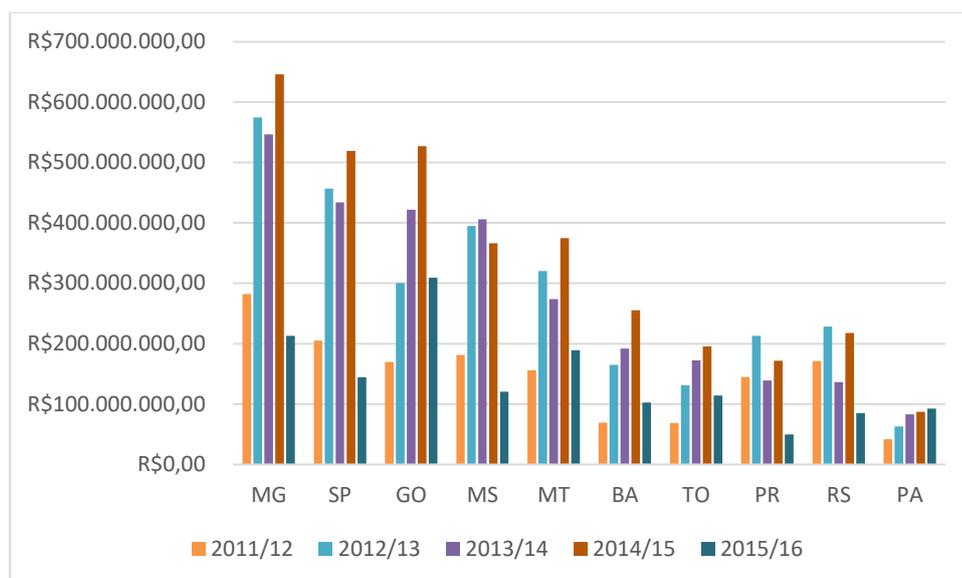
Fonte: OBSERVATÓRIO (2016a)

Respectivamente, os anos safra 2012/13, 2013/14 e 2014/15 apresentaram taxa de efetivação de recursos frente ao valor disponibilizado de 90%, 67% e 81%, sendo o primeiro e o último ano, os que mais efetivaram crédito disponibilizado no histórico do programa. A devida queda entre os dois primeiros anos pode ser justificada pelo fato de outras linhas de investimento terem apresentado melhores condições, como por exemplo o Pronamp Rural e o Inovagro, que apresentaram taxas

respectivas de 4,5% a.a. e 3,5% a.a. Entre os três anos safra, o Pronamp apresentou aumento de 25% do primeiro ao segundo, e queda de 4,1% no ano seguinte. Esta queda pode ser justificada pelo aumento da sua taxa de 4,5% a.a. para 5,5% a.a., sendo esta maior que a vigente no Programa ABC no mesmo período, que se manteve em 5% a.a. (BRASIL, 2014; BRASIL, 2015).

Para o último ano safra, é observado que ocorre uma diminuição tanto do valor disponibilizado, quanto do valor contratado, o que pode ser justificado pela conjuntura econômica nacional e internacional, como justificado anteriormente. A nível estadual, a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta os dez estados que apresentaram maior média de recursos contratados no período. Minas Gerais aparece na liderança referente a captação de recursos do ano safra 2011/12 até 2014/15, quando é ultrapassado por Goiás. Este último aparece na quinta colocação nos primeiros dois anos, e segue subindo no ranking até se tornar o maior contratante do programa em 2015/16.

Figura 2 – Valor total de contratos para os dez estados com maior média entre os anos safra

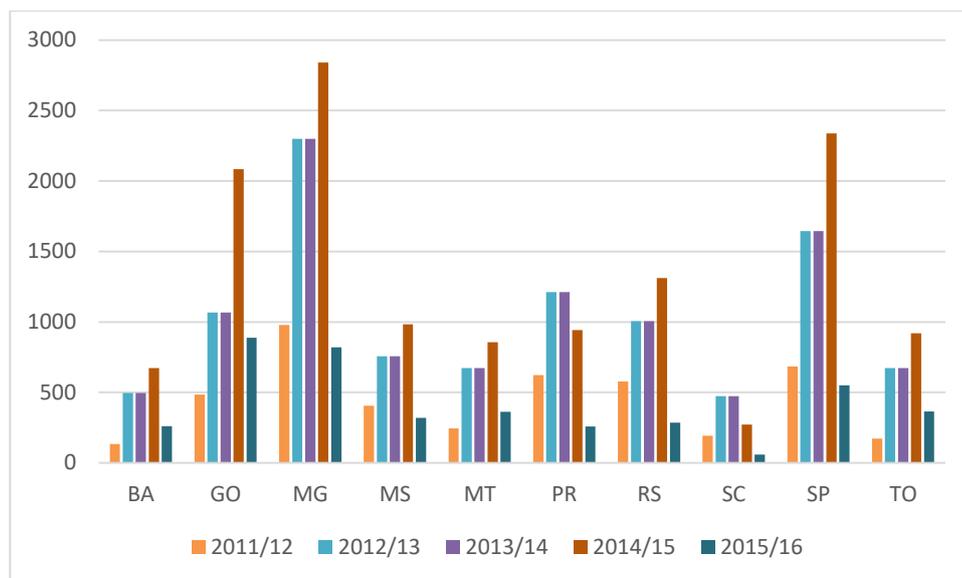


Fonte: OBSERVATÓRIO (2016b) – Sistema ABC. Elaborado pelos autores

A boa colocação de Minas Gerais e a sequencial elevação de Goiás, se devem ao fato dos mesmos terem seus planos estaduais aprovados em lei, o que facilita e incentiva as ações do programa dentro dos mesmos, juntando esforços entre produtores e o estado (OBSERVATÓRIO, 2015). Já, São Paulo aparece na segunda posição, e só cai da mesma quando ultrapassado por Goiás, e no último ano por Mato Grosso. Mato Grosso que se situava na sexta posição, terminou o último

ano safra em terceiro colocado, sendo que apesar de ainda não ter legislação aprovada¹⁵, se mostrou apto a aumentar sua aderência ao programa. Já para a quantidade total de contratos por estado na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, o comportamento foi semelhante ao gráfico anterior.

Figura 3 – Número total de contratos para os dez estados com maior média entre os anos safra

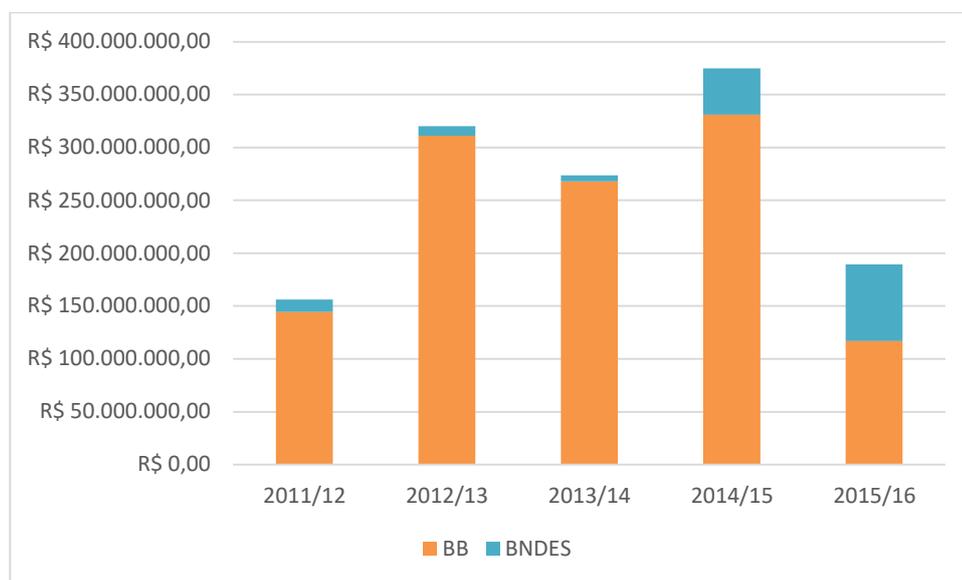


Fonte: OBSERVATÓRIO (2016b) – Sistema ABC. Elaborado pelos autores

Vale destacar que Tocantins que estava na nona posição, terminou o último ano safra em quarta posição, caracterizando grande aderência ao programa. Mato Grosso variou entre a sétima e oitava posição, subindo para quinta no último ano safra. Dividindo o valor total dos contratos pelo número total, temos a quantidade média dos contratos para os estados, e observou-se que Mato Grosso varia entre primeiro e segundo maior valor médio contratado. Este fato comprova que Mato Grosso é altamente concentrador de recursos referente ao programa, sendo que em todos os anos safra, o valor médio dos contratos de Mato Grosso é maior que a média nacional. A Figura 4 apresenta o montante total de recursos adquiridos por Mato Grosso, e a Figura 5 o número total de contratos do estado, discriminado por fonte financiadora, sendo somente avaliado o BNDES e o Banco do Brasil, principais repassadores de crédito a nível nacional.

¹⁵ Dentro das plataformas do site do Observatório ABC, o “Programa ABC por Estados” apresenta informações referentes ao estágio de planejamento, implantação e monitoramento dos estados da Amazônia Legal. Mato Grosso não apresenta nenhum dos estágios concretizados, sendo esta informação de abril de 2015.

Figura 4 – Valor total de contratos discriminado por fonte de recursos em cada ano safra em Mato Grosso

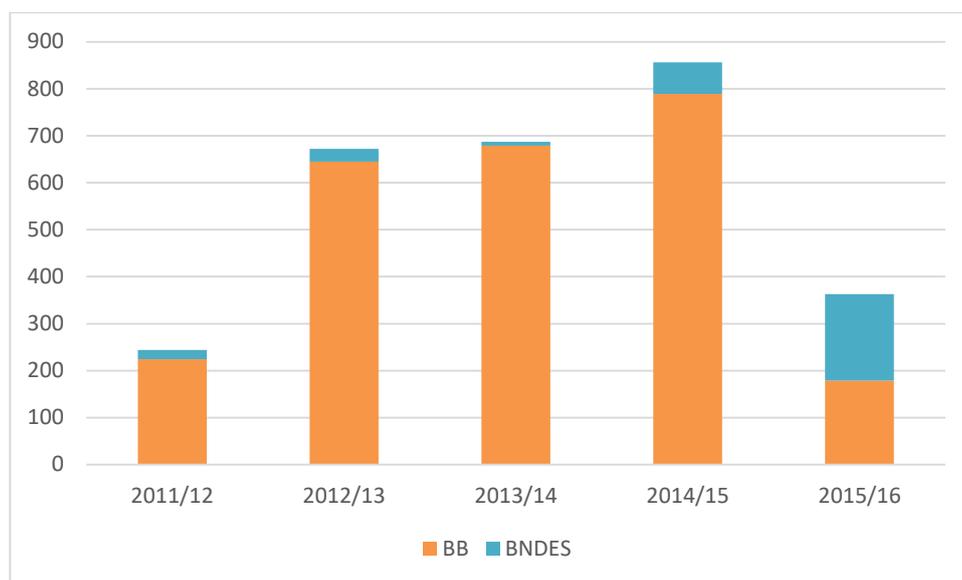


Fonte: OBSERVATÓRIO (2016b) – Sistema ABC. Elaborado pelos autores

Observa-se que nitidamente ao longo dos anos, o Banco do Brasil é o principal financiador do Programa ABC em Mato Grosso, seguindo o mesmo comportamento a nível nacional. O Banco do Brasil tem como principal fonte de recursos a Poupança Rural, a qual apresentou aumento dos saques líquidos devido a atual conjuntura econômica desfavorável do Brasil, diminuindo a participação do banco no programa na safra 2014/15. Vale ressaltar que em 2015/16, o Banco do Brasil aumentou para 50% o repasse dos recursos do BNDES, frente a suas fontes de recursos.

Além da proporção de valor total do Banco do Brasil ter diminuído frente ao BNDES, observasse que a quantidade de contratos firmados pelo BNDES, pela primeira vez ultrapassou a quantidade do Banco do Brasil, o que também é observado a nível mato-grossense (OBSERVATÓRIO, 2016a).

Figura 5 – Número total de contratos discriminado por fonte de recursos em cada ano safra em Mato Grosso



Fonte: OBSERVATÓRIO (2016b) – Sistema ABC. Elaborado pelos autores

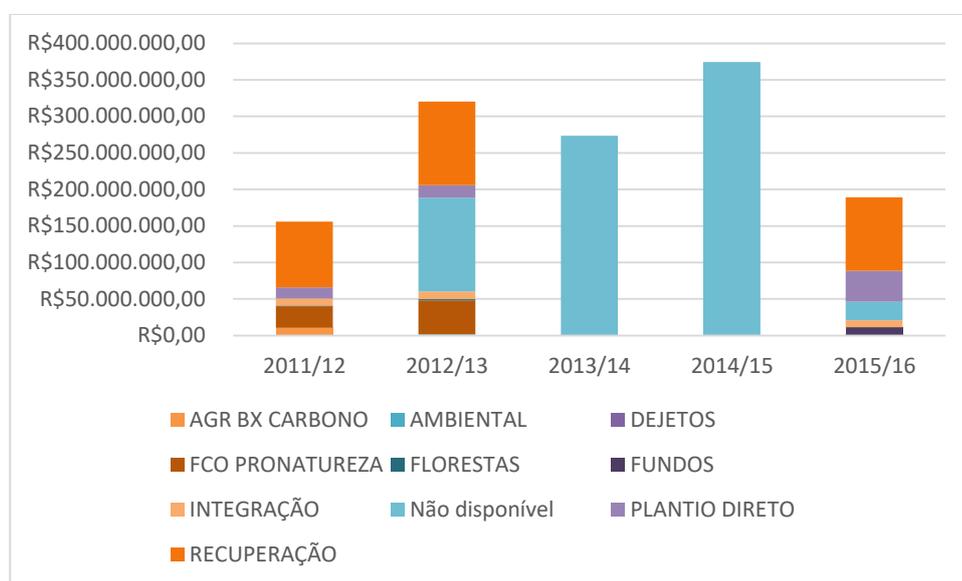
O BNDES não firma contratos diretamente, fazendo isto por meio indireto via bancos credenciados, o utilizando como fonte de recursos. Os principais repassadores de crédito do BNDES são o Banco do Brasil, Bradesco e Santander a nível nacional, com valores respectivos de R\$642,7 mi, R\$225,7 mi e R\$93,7 mi. Em entrevista ao Observatório ABC, o BNDES justificou o seu aumento no protagonismo de repasses do Programa ABC, devido as seguintes implementações feitas:

Maior aproximação com agentes repassadores, em especial o BB;
Maior esforço do banco na capacitação técnica de instituições financeiras parceiras sobre o processo de crédito do Programa; Maior participação do banco em feiras e eventos; Desenvolvimento e lançamento de uma plataforma eletrônica para acelerar o processo de análise dos dados de crédito; Melhorias no processo interno do BNDES que levaram a uma maior celeridade na análise das operações de crédito (OBSERVATÓRIO, 2016, p. 11).

As finalidades de contrato dos investimentos feitos em Mato Grosso, em cada ano safra, e a quantidade de contratos firmados são apresentadas na Figura 6 e Figura 7. Primeiramente, o ano

safrá 2011/12 foi o ano que menos foi alocado recursos do Programa ABC em Mato Grosso, sendo contratado 244 contratos somando o valor total de R\$ 156.102.529,48. Deste valor, mais de 55% foi contratado para recuperaçã¹⁶, quase 20% foi contratado para FCO Pronatureza¹⁷, pouco mais de 9,5% para plantio direto, e pouco mais de 6% para integraçã^o e agricultura de baixo carbono em geral. Vale lembrar que, com a criaçã^o do Plano ABC, sã^o realizados esforç^os para unir os demais programas já existentes em um só, o que justifica a modalidade do FCO Pronatureza aparecer como parte do Programa ABC, para se evitar duplicidade de esforç^os (BRASIL, 2012).

Figura 6 – Valor total de contratos por finalidade de investimento em cada ano safrá de Mato Grosso



Fonte: OBSERVATÓRIO (2016b) – Sistema ABC. Elaborado pelos autores

O ano safrá 2012/13 foi o segundo ano que mais foi contratado recursos do programa para Mato Grosso, com o total de 672 contratos e valor total de R\$ 320.222.671,99. Do total, 40% foi contratado via Programa ABC mas não informado a finalidade. Como a pesquisa coletou dados no Sistema ABC, do qual capta dados da SICOR¹⁸ por parceria com o Bacen, que começ^ou a vigorar em 2013, não se soube identificar o porquê da não disponibilidade da finalidade desse montante

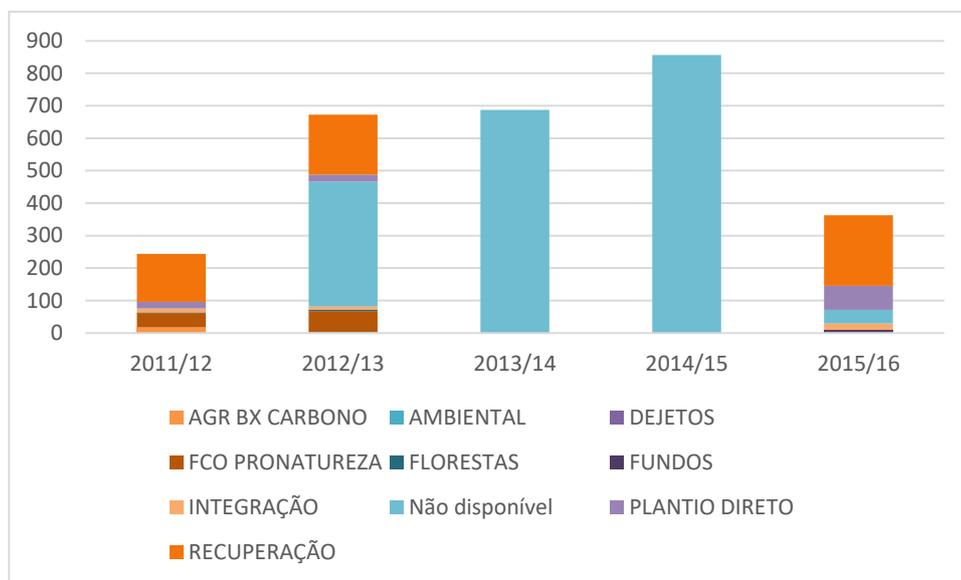
¹⁶ A modalidade “recuperaçã^o” se refere a recuperaçã^o de pastagens.

¹⁷ Com abrangência para os estados da regiã^o Centro-Oeste, o mesmo tem por finalidade o manejo sustentável; reflorestamento para fins energéticos e madeireiros; sistemas agroflorestais; recuperaçã^o de áreas degradadas; aquisiçã^o de máquinas e equipamentos; projetos integrados – rural e industrial; promoçã^o de mercado.

¹⁸ Sistema de Operaç^oes do Crédito Rural e do Proagro.

(OBSERVATÓRIO, 2014). Além disso, 35% foi contratado para recuperação, 14% para FCO Pronatureza, 5% para plantio direto, 3% para integração, e menos de 1% para ambiental e florestas.

Figura 7 – Número total de contratos por finalidade de investimento em cada ano safra de Mato Grosso



Fonte: OBSERVATÓRIO (2016b) – Sistema ABC. Elaborado pelos autores

Nos anos safra 2013/14 e 2014/15, foram firmados respectivamente 687 e 856 contratos, captando respectivamente R\$ 273.595.037,72 e R\$ 374.717.521,43, sendo 2014/15 o ano que mais se captou recursos e firmou contratos no estado. Nestes anos, é observado que só foram captados recursos em que não estão disponíveis as finalidades de investimento no Sistema ABC, o que inviabiliza conhecer as práticas efetivadas pelos contratantes nestes anos, e prejudica diretamente uma possível mensuração da mitigação alcançada neste período. Este fato se repete para todos os estados nestes dois anos safra, não sendo um caso especial de Mato Grosso.

Por fim, o ano safra 2015/16, seguindo a tendência nacional, observou-se queda no montante contratado para o estado, sendo este maior apenas que o ano 2011/12. Foram firmados 363 contratos com um montante de R\$ 189.264.247,43, sendo 53% deste para recuperação, 22% para plantio direto, 13% não disponível, 5% para fundos e integração, e abaixo de 1% para florestas, ambiental e dejetos. Também se observou que neste último ano safra, somente não foram captados recursos para FCO Pronatureza e Agricultura de Baixo Carbono, indicando que este ano foi o que mais se diversificou as modalidades de investimentos contratados no estado, apesar de aparecer a rubrica não disponível, o que poderia aumentar ainda mais esta diversificação.

Sendo assim, em linhas gerais é possível constatar que Mato Grosso ainda está atrasado sobre as questões políticas do plano, o que inviabiliza uma melhor atuação conjunta entre o setor público e o privado no estado. Mesmo com esta dificuldade, é observado que o estado seguiu aumentando a sua contratação de recursos, apresentando queda no último ano safra, que é justificada pela conjuntura atual que inibe a ampla contratação de recursos pelos agentes privados. Mesmo assim o estado segue como um dos maiores contratantes do programa, apresentando concentração de recursos, por firmar uma quantidade menor de contratos com valor maior de recursos, apresentando valor médio de contratos acima do valor nacional em todos os anos safra.

O estado segue a tendência nacional quanto as instituições financeiras que viabilizam os contratos, sendo o Banco do Brasil e o BNDES os maiores financiadores, apresentando ao longo do período, novos esforços para viabilizar a contratação de recursos a nível nacional, como mencionado anteriormente. Outro detalhe importante é a diversificação dos contratos no estado, visto que novas áreas do plano estão sendo atendidas, de maneira a desenvolver práticas que mitiguem as emissões dos GEE, na maior quantidade de atividades possível no estado.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa fez uma sucinta análise exploratória sobre a situação da aplicação do Plano ABC, por meio do Programa ABC no estado de Mato Grosso. Constatou-se que o estado é um grande adquirente de recursos do programa, sendo em geral, concentrador destes por firmar poucos contratos, mas de grandes valores. Isto indica que grandes proprietários, com melhores condições de financiamento, estão tendo acesso ao programa, sugerindo que pequenos produtores não estão sendo atingidos pelo plano, o que poderia aumentar consideravelmente as práticas de aquisição de renda de forma sustentável, e de baixa mitigação de GEE. O empenho observado pelos bancos, no exemplo do BNDES, deve ser ainda maior para atender esta parcela de produtores que tem menores condições, referente aos grandes agricultores existentes no estado, juntamente com o governo, que deve agir por meio da efetivação do plano estadual via lei, o que ainda não ocorreu.

Referente as práticas financiadas, e desconsiderando a rubrica “não disponíveis” de cada ano, é observado que a modalidade de recuperação é a que mais tem contratos firmados e montante investido. O Relatório (2015) justifica que os estados da Amazônia Legal devem desprender esforços, para recuperar suas pastagens degradadas, o que se efetiva em maior proporção em Mato Grosso em reação as demais práticas. A segunda modalidade com mais recursos e contratos



adquiridos era o FCO Pronatureza, seguido do plantio direto. Este primeiro foi expressivo nos primeiros dois anos safra, mas diminui sua participação no montante geral, sendo atualmente o plantio direto a segunda atividade mais contratante de recursos do programa no estado.

Outro detalhe observado é que só no último ano safra analisado, é que o montante total de recursos e de contratos do estado é mais diversificado nos demais segmentos, identificando uma possível dificuldade dos produtores das mesmas em adquirirem o crédito do programa. Fica como sugestão para pesquisa posterior, tentar identificar o porquê destas atividades ainda não adquirirem maiores volumes de créditos do Programa ABC. Por fim a hipótese levantada pela pesquisa que, o Plano ABC tem pouca influência na produção agrícola estadual é confirmada. Por mais que o estado seja um dos maiores contratantes do Programa ABC a nível nacional, ele ainda concentra estes recursos em poucas práticas, não impactando como poderia a produção estadual, tendo potencial de promover índices de mitigação mais relevantes.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Denise Deckers; CORDEIRO, Luiz Adriano Maia; GALERANI, Paulo Roberto. Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação da Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura–PLANO ABC. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 4, n. 6, p. 1266-1274, 2012.

BRASIL. Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. **Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNUMC – Versão para Consulta Pública**. Brasília, Decreto n. 6.263 de 21 de novembro de 2007. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/estruturas/169/_arquivos/169_29092008073244.pdf>. Acesso em: 11/10/2016.

_____. Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 6º, 11º e 12º da Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNUMC), e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 dez. 2010.

_____. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Lei Ordinária). Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 dez. 2009. Seção Extra, Coluna 2. 2009. 109 p.

_____. **Plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura: Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, coordenação da Casa Civil da Presidência da República – Brasília: MAPA/ACS, 2012. 173 p.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola – julho 2014**, 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Pasta%20de%20Julho%20-%202014.pdf>. Acesso em: 20/11/2016.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola – julho 2015**, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Pasta%20de%20Julho%20-%202015.pdf>. Acesso em: 20/11/2016.

CAPOBIANCO, João Paulo. O que podemos esperar da Rio 92. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 13-17, 1992.

CORDEIRO, Luiz Adriano Maia; ASSAD, Eduardo Delgado; FRANCHINI, Júlio Cezar; SÁ, João Carlos de Moraes; LANDERS, John Nicholas; AMADO, Telmo Jorge Carneiro; RODRIGUES, Renato de Aragão Ribeiro; ROLOFF, Glaucio; BLEY JÚNIOR, Cícero; ALMEIDA, Herlon Goelzer; MOZZER, Gustavo Barbosa; BALBINO, Luiz Carlos; GALERANI, Paulo Roberto; EVANGELISTA, Balbino Antônio; PELLEGRINO, Giampaolo Queiroz; MENDES, Thiago de Araújo; AMARAL, Denise Deckers; RAMOS, Elvison; MELLO, Ivo; RALISCH, Ricardo. **O Aquecimento Global e a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono**. Brasília: MAPA/EMBRAPA/FEBRAPDP, 2011. 75 p.

DECONTO, J. G. **Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil**. Brasília: Embaixada Britânica; Campinas: Embrapa/Unicamp, 2008. 84 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6 ed., 2008.

GVces. Contribuições para análise da viabilidade econômica da implementação do Plano ABC e da INDC no Brasil. Resumo executivo. **Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**. São Paulo, p. 14. 2016.

MENDES, Eduardo Henrique Gonçalves. **História e execução do Programa Agricultura de Baixo Carbono**. 2013. 31 f. Monografia (Gestão em Agronegócio) – Universidade de Brasília, Faculdade de Planaltina, Planaltina-DF.

MENDES, Priscylla Dayse Almeida Gonçalves. **Plano ABC - Agricultura de baixo carbono: sua elaboração no âmbito do governo federal e sua implementação no município de Formosa-GO**. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Faculdade Unb Planaltina, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

OBSERVATÓRIO, A. B. C. **Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – A Evolução de um novo paradigma**. Estudo I – A evolução de um novo paradigma, São Paulo, 2013a.

_____. **Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: Quem cumpre as decisões?**. Estudo II, 2013b. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/arquivos.gvces.com.br/observatorio_abc/ckeditor_assets/attachments/136/sumario_executivo_estudo_2.pdf>. Acesso em: 13/10/2016.

_____. **Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: Financiando a transição**. Estudo III, 2013c. Disponível em: <[https://s3-sa-east-](https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/arquivos.gvces.com.br/observatorio_abc/ckeditor_assets/attachments/136/sumario_executivo_estudo_2.pdf)



1.amazonaws.com/arquivos.gvces.com.br/arquivos_gvces/arquivos/263/financiandoatransicao_plan
oabc.pdf>. Acesso em: 13/10/2016.

_____. **Análise dos Recursos do Programa ABC. Foco na Amazônia Legal – Potencial de redução de GEE e estudo de caso sobre o Programa ABC em Paragominas.** Relatório, v. 4, 2015. Disponível em: <http://mediadrawer.gvces.com.br/abc/original/relatorio-4_gvces-versao-final.pdf>. Acesso em: 13/10/2016.

_____. **Análise dos Recursos do Programa ABC. Instituições financeiras privadas.** Relatório, v. 1, 2016a. Disponível em: <http://observatorioabc.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Completo_An%C3%A1lise-dos-Recursos-ABC-safra1516.pdf>. Acesso em: 13/10/2016.

_____. **Análise dos Recursos do Programa ABC-Safra 2013/2014 (até abril).** Relatório, v. 1, 2014. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/arquivos.gvces.com.br/arquivos_gvces/arquivos/289/ABC_DO_CLIMA_VOL._4_EM_SIMPLES.pdf>. Acesso em: 12/10/2016.

_____. **Sistema ABC.** 2016b. Disponível em: <<http://observatorioabc.com.br/sistema-abc/>>. Acesso em: 10/10/2016.

PAIXÃO, Michel Augusto Santana da; BACHA, Carlos José Caetano. A agropecuária brasileira e a sua inserção na Economia Verde: uma análise do Plano e do Programa ABC. **PESQUISA & DEBATE**, SP, volume 26, número 1(47) p. 75-98, jan-mar, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico – 2ª Edição.** Editora Feevale, 2013.